

JACOB DOLINGER  
CARMEN TIBURCIO

# DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

**15.ª edição**  
revista, atualizada e ampliada  
com a colaboração de **Felipe Albuquerque**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
Copyright © 2020 by  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 23.10.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

D69d  
Dolinger, Jacob

Direito internacional privado / Jacob Dolinger, Carmem Tiburcio. – 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-8787-9

1. Direito internacional privado. I. Tiburcio, Carmem. II. Título.

19-59778

CDU: 341.9

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644

1162600

# SUMÁRIO

<b>PARTE I - INTRODUÇÃO À DISCIPLINA.....</b>	<b>1</b>
<b>I. O DOMÍNIO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO .....</b>	<b>3</b>
O Objeto .....	3
A Denominação.....	7
O Relacionamento do DIP com as outras Disciplinas Jurídicas....	10
Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público.....	12
A “Sociedade Internacional” .....	14
A Ótica da Disciplina.....	15
O Direito Público no Âmbito do Direito Internacional Privado...	17
Os Conflitos Interespaciais.....	19
Os Conflitos Interpessoais.....	21
Amor pela Disciplina .....	22
Quadro Sinótico .....	24
<b>II. HISTÓRIA E TEORIA DO CONFLITO DE LEIS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO .....</b>	<b>25</b>
Antiguidade .....	25
Os Bárbaros e a Personalidade das Leis.....	27
O Regime Feudal e a Territorialidade das Leis .....	28
Os Centros de Mercancia da Idade Média .....	29
Teorias Estatutárias .....	30
Doutrinas Modernas.....	38
O Método do DIP.....	45
<b>III. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO .....</b>	<b>49</b>
A) <i>Fontes</i> .....	49
A Lei .....	49
A Doutrina .....	53

A Jurisprudência.....	54
Tratados e Convenções .....	55
Roteiro para Internalização dos Tratados no Direito Brasileiro.....	59
A Convenção não Ratificada como Fonte de Direito .....	61
Tratado de Lima.....	63
Tratados de Montevidéu.....	64
Código Bustamante.....	65
Conferência Especializada Interamericana sobre DIP .....	69
Mercosul.....	70
<i>Restatement of the Law of Conflict of Laws</i> .....	71
As Convenções da Haia.....	71
Liga das Nações e Nações Unidas.....	75
Academia de Direito Internacional.....	77
Outras Instituições .....	77
Jurisprudência Internacional.....	79
<i>B) Conflito entre Fontes</i> .....	80
Lei <i>v.</i> Tratado.....	80
Conflito entre Constituição e Tratado.....	85
Jurisprudência Brasileira .....	87
Recurso Extraordinário n. 80.004.....	89
Crítica da Doutrina .....	91
Em Defesa do Acórdão.....	92
Hipóteses Especiais .....	94
De Volta aos Acórdãos Antigos .....	98
A Convenção de Varsóvia (Montreal) sobre Transporte Aéreo.....	99
Proteção de Marca .....	103
A Questão da Prisão Civil .....	103
A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados .....	106
Conflito Tratado <i>v.</i> Constituição na União Europeia.....	106
Conflito Tratado <i>v.</i> Lei na União Europeia.....	107
Direito Internacional Privado <i>v.</i> Direito Comunitário .....	108
Crise no Direito Internacional dos Estados Unidos.....	110
<b>PARTE II – PESSOAS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO...</b>	<b>113</b>
<b>IV. NACIONALIDADE</b> .....	<b>115</b>
Nacionalidade e Direito Internacional Privado.....	115
Noção e Importância da Nacionalidade .....	117
Nacionalidade e Cidadania.....	118

Aquisição de Nacionalidade.....	120
Mudança de Nacionalidade.....	122
Direito Brasileiro da Nacionalidade: Nacionalidade Originária .....	125
Hipótese Inconstitucional de Nacionalidade Brasileira na Legis- lação.....	135
Naturalização.....	140
Direitos Especiais dos Portugueses.....	144
Perda da Nacionalidade.....	145
Reaquisição da Nacionalidade.....	152
Nacionalidade da Mulher Casada.....	153
Jurisprudência Brasileira sobre Perda de Nacionalidade.....	154
Conflitos de Nacionalidade Positivos e Negativos.....	156
Princípios e Regras Internacionais sobre a Nacionalidade.....	160
Jurisprudência Internacional.....	163
<b>V. A CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO .....</b>	<b>167</b>
A Entrada do Estrangeiro.....	167
Visto de Entrada.....	176
Fixação em Determinada Região do Território Nacional (Imigração Dirigida).....	177
O Direito dos Estrangeiros Admitidos .....	179
Os Direitos do Estrangeiro no Brasil.....	181
Exercício de Atividades Políticas.....	184
Outras Restrições .....	187
Classificação de Direitos.....	193
Direito Comparado.....	194
Cargo Público .....	196
Assimilação dos Estrangeiros.....	200
Questões Profissionais.....	202
Estatuto do Refugiado e Asilado.....	202
Saída Compulsória do Estrangeiro .....	209
Expulsão do Estrangeiro.....	212
Natureza do Ato de Expulsão.....	217
Competência para Expulsar .....	218
Defesa do Expulsando.....	218
Defesa do Deportando.....	226
Casos Clássicos da Jurisprudência Brasileira.....	226
Retrospectiva do Direito de Expulsão no Voto do Ministro Thompson Flores.....	233
Indenização por Expulsão .....	238
Extradicação.....	239

<b>VI. PESSOA JURÍDICA .....</b>	<b>245</b>
Critérios de Determinação da Nacionalidade das Pessoas Jurídicas...	247
Direito Convencional.....	253
Tratados de Montevideu .....	253
Código Bustamante.....	254
Convenções da OEA (CIDIP II e III) .....	254
Tratado de Roma.....	255
Convenção de Bruxelas.....	256
Convenção da Haia.....	257
Convenção de Estrasburgo.....	257
Convenção do BIRD.....	257
Jurisprudência Estrangeira.....	258
Jurisprudência da Corte Internacional.....	259
O Direito Positivo Brasileiro.....	260
Funcionamento da Pessoa Jurídica Estrangeira no Brasil.....	266
Empresas Jornalísticas .....	268
Jurisprudência Brasileira.....	270
Restrição às Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	272
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	273
 <b>PARTE III – CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO.....</b>	 <b>275</b>
 <b>VII. AS NORMAS SOBRE CONFLITOS DE LEIS.....</b>	 <b>277</b>
Normas Indiretas.....	277
Normas Diretas.....	279
Normas Qualificadoras.....	281
Estrutura da Norma de DIP: Normas Unilaterais, Bilaterais e Justapostas.....	282
 <b>VIII. DIREITO UNIFORME, DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E DIREITO COMPARADO.....</b>	 <b>289</b>
Direito Uniforme.....	289
Direito Uniformizado .....	290
Entusiasmo Passageiro pelo Direito Uniforme.....	290
A Uniformização do Direito Econômico .....	292
Direito Uniforme e Direito Internacional Privado: Teorias de Asser e Jitta.....	293
Sistemas de Solução de Conflitos de Leis.....	294
Direito Internacional Privado Uniformizado.....	295
Os Quatro Fatores Resumidos.....	296
Direito Comparado .....	298

<b>IX.</b>	<b>DIREITO INTERTEMPORAL E CONFLITO DE LEIS</b> .....	303
	Sobredireitos e Conflitos Bidimensionais.....	303
	Direito Intertemporal Internacional.....	303
	Direito Internacional Intertemporal.....	305
	Jurisprudência Francesa (Direito Intertemporal Internacional).....	307
	Jurisprudência Brasileira (Direito Internacional Intertemporal).....	308
	Conflitos Móveis.....	309
<b>X.</b>	<b>REGRAS DE CONEXÃO - LEI DETERMINADORA DO ESTATUTO PESSOAL</b> .....	311
	Regras de Conexão.....	311
	As Regras de Conexão.....	313
	O Estatuto Pessoal.....	315
	Territorialidade.....	316
	Nacionalidade.....	317
	Domicílio.....	318
	Legislações Internas em Matéria de Estatuto Pessoal.....	325
	Mudança de Estatuto Pessoal - Conflitos Móveis.....	329
	O Estatuto Pessoal nas Convenções da Haia.....	331
	Os Tratados de Montevidéu.....	332
	O Código Bustamante.....	332
	Proposta do Instituto de Direito Internacional.....	333
	O Estatuto Pessoal no Direito Internacional Privado Brasileiro....	334
	Distinções em Matéria de Capacidade.....	339
	Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	340
	Exceção do Direito Cambiário.....	342
	Outras Regras de Conexão para o Estatuto Pessoal.....	343
	Jurisdição Competente <i>v.</i> Lei Aplicável.....	345
<b>XI.</b>	<b>REGRAS DE CONEXÃO E PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO</b> .....	347
	Regras de Conexão.....	347
	I - Casamento.....	347
	Formalidades Habilitantes.....	347
	Formalidades de Celebração.....	348
	Capacidade Nupcial/Validade Substancial do Casamento...	349
	Efeitos Pessoais do Casamento.....	350
	Obrigações Alimentares entre os Cônjuges.....	352
	Efeitos Patrimoniais do Casamento - O Regime de Bens....	352
	Divórcio.....	354

Anulação de Casamento.....	355
Pais/Filhos .....	356
II – Direitos Hereditários .....	357
III – Bens.....	359
IV – Obrigações Contratuais.....	361
V – Obrigações por Atos Ilícitos.....	363
Princípios de Direito Internacional Privado.....	364
Princípios Positivos .....	365
I – Proximidade.....	365
II – Autonomia da Vontade .....	366
III – Proteção .....	366
IV – Lei mais Favorável.....	367
<b>XII. APLICAÇÃO, PROVA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO.....</b>	<b>369</b>
Natureza Jurídica da Lei Estrangeira – Fato ou Direito?.....	370
Aplicação do Direito Estrangeiro.....	379
Prova do Direito Estrangeiro.....	381
Interpretação do Direito Estrangeiro .....	385
Adaptação .....	388
Jurisprudência Brasileira.....	389
<b>PARTE IV – PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....</b>	<b>391</b>
<b>XIII. QUALIFICAÇÕES .....</b>	<b>393</b>
O Processo de Qualificação .....	393
Conceituar + Classificar = Qualificar .....	394
O Conflito das Qualificações.....	394
Os Exemplos.....	395
Determinação da Lei Qualificadora .....	397
Jurisprudência Inglesa .....	401
Jurisprudência Americana .....	404
A Qualificação no Direito Internacional Privado Brasileiro .....	405
Jurisprudência Brasileira.....	408
Noções Qualificadoras em Textos Convencionais e Domésticos ...	412
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	414
<b>XIV. REENVIO .....</b>	<b>415</b>
Primeira Fonte Jurisprudencial do Reenvio.....	417
O Caso Forgo.....	418



Debate em Torno do Reenvio .....	419
Teorias Conducentes ao Reenvio .....	421
Recusa do Reenvio Baseado na Lei Estrangeira como Fato .....	422
Reenvio de 2º Grau .....	423
Terminologia .....	424
Exceções à Aceitação do Reenvio .....	425
Sistema Britânico de Duplo Reenvio .....	427
Textos Legais Relativos ao Reenvio .....	427
O Direito Convencional e o Reenvio.....	429
Jurisprudência Francesa .....	435
Jurisprudência Belga .....	436
Jurisprudência Tunisina: Caso Duprève – Forgo, 2ª Edição .....	436
O Reenvio no Direito Internacional Privado Brasileiro.....	437
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	442
<b>XV. ORDEM PÚBLICA.....</b>	<b>445</b>
A Noção da Ordem Pública no Direito Internacional Privado.....	445
Histórico.....	448
Características da Ordem Pública.....	449
Os Três Níveis da Ordem Pública.....	454
Aplicação da Ordem Pública Condicionada pela Proximidade.....	461
Substituição da <i>Lex Causae</i> pela <i>Lex Fori</i> .....	462
O Papel do Juiz .....	462
Legislação Nacional e Estrangeira.....	463
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	466
Tratados e Convenções .....	466
Aplicações Veladas do Princípio da Ordem Pública.....	468
A Religião – Desaconselhada como Fator de Conexão .....	469
Jurisprudência Estrangeira e Comparada .....	470
O Repúdio da Mulher Muçulmana perante os Tribunais Ocidentais .....	474
Sentença Estrangeira Imotivada .....	476
Litispêndência e Soberania Nacional .....	479
Dívida de Jogo Contraída no Exterior .....	482
Ordem Pública no Plano Interestadual .....	484
A Ordem Pública Estrangeira e a Ordem Pública Universal.....	486
Conclusão.....	490
<b>XVI. FRAUDE À LEI.....</b>	<b>493</b>
Noção.....	493
Fundamentos da Fraude à Lei no DIP.....	493

Fraude à Lei no DIP e “ <i>Forum Shopping</i> ” .....	496
Consequências da Fraude à Lei .....	497
A Fraude à Lei nas Relações Familiares.....	499
Jurisprudência Francesa .....	501
Legislação .....	502
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	504
Fontes Internacionais.....	504
Fraude à Lei Estrangeira.....	505
A Fraude à Lei na Atualidade.....	507
<b>XVII. A QUESTÃO PRÉVIA.....</b>	<b>509</b>
<b>XVIII. INSTITUIÇÃO DESCONHECIDA .....</b>	<b>517</b>
Algumas Referências Legislativas.....	518
Hipóteses.....	519
A Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de DIP .....	520
<b>XIX. TEORIA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.....</b>	<b>521</b>
A Teoria de Pillet.....	521
A Contribuição de Machado Villela.....	525
Diplomas Internacionais .....	529
O Código Civil Português.....	532
Direitos Adquiridos e Ordem Pública .....	533
O Princípio no Direito Positivo Brasileiro.....	535
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	537
Escravidão.....	538
Outro Fundamento do Princípio dos Direitos Adquiridos .....	539
Direitos Adquiridos e Instituição Desconhecida .....	539
Direitos Adquiridos e Fraude à Lei.....	540
A Teoria Americana dos <i>Vested Rights</i> .....	540
<b>PARTE V – CONFLITO DE JURISDIÇÕES (PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL) .....</b>	<b>543</b>
<b>XX. A NATUREZA DAS NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL IN- TERNACIONAL.....</b>	<b>545</b>
Normas Diretas e Unilaterais.....	545
Normas de Direito Público .....	545
A Equivocada Bilateralização das Normas do Direito Processual Internacional.....	546
Vedação à Bilateralização.....	546

Jurisprudência Brasileira .....	547
Jurisprudência Estrangeira .....	549
Fontes do Direito Processual Civil Internacional .....	550
<i>Lex fori, lex diligentiae e lex causae</i> .....	552
Interligação entre a Determinação da Lei Aplicável e a Competência no Plano Internacional.....	559
<b>XXI. ALCANCE E LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL.....</b>	<b>563</b>
Regras Gerais sobre Jurisdição (Competência Internacional).....	564
Competência Concorrente.....	564
Novas Hipóteses de Competência Concorrente Previstas no CPC de 2015.....	568
Relações de Consumo .....	568
Alimentos.....	570
Competência Exclusiva.....	570
Taxatividade ou não das Hipóteses de Competência Internacional....	572
Hipóteses Previstas em Tratados.....	573
A Eleição de Foro .....	574
Efeitos Positivos e Negativos da Cláusula.....	574
Direito Comparado e Convencional.....	575
Direito Brasileiro .....	578
A Eleição de Foro no CPC de 2015 .....	581
<b>XXII. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>583</b>
Introdução.....	583
Breves Noções Preliminares .....	583
Imunidade de Jurisdição.....	587
Tipos de Imunidade.....	587
Imunidade do Estado .....	588
Direito Brasileiro .....	591
A Renúncia à Imunidade pelo Estado.....	596
Extensão do Princípio .....	598
Imunidade em Matéria de Direitos Humanos .....	600
Imunidade de Execução.....	601
Execução Fiscal.....	603
Outros Tipos de Imunidades.....	604
<b>XXIII. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: CARTAS ROGATÓRIAS, HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS E AUXÍLIO DIRETO.....</b>	<b>609</b>
Introdução.....	609

Cartas Rogatórias .....	610
Cartas Rogatórias Ativas.....	611
Cartas Rogatórias Passivas.....	611
Competência Interna para o <i>Exequatur</i> .....	611
Competência Internacional.....	614
Carta Rogatória Executória .....	617
Autoridade Requerente.....	618
Homologação de Sentenças Estrangeiras.....	620
Decisões que Precisam ser Homologadas .....	623
Auxílio Direto .....	625
<b>XXIV. ARBITRAGEM INTERNACIONAL.....</b>	<b>629</b>
Introdução.....	629
O Desenvolvimento da Arbitragem no Brasil.....	630
Arbitragem Internacional.....	633
Definição .....	633
A) Arbitragem Internacional de Direito Internacional Público....	633
B) Arbitragem de Investimentos.....	635
C) Arbitragem Comercial Internacional .....	636
Arbitragem Comercial Internacional no Direito Comparado.....	636
Arbitragem Comercial Internacional no Brasil.....	639
Disposições da Lei de Arbitragem Brasileira em Matéria de Arbitragem Estrangeira ou Internacional.....	642
Dispensa da Homologação Judicial no País de Origem do Laudo Arbitral.....	644
Dispensa da Citação da Parte Domiciliada no Brasil pela Via da Rogatória.....	647
<b>PARTE VI – PARTE ESPECIAL.....</b>	<b>649</b>
<b>XXV. CONTRATOS INTERNACIONAIS.....</b>	<b>651</b>
Algumas Considerações Iniciais.....	651
O Conceito de Contrato Internacional.....	651
A Incidência do Princípio da Proximidade em Matéria de Contratos Internacionais .....	655
A Escolha de Jurisdição e Lei Aplicável pelas Partes em Contratos Internacionais.....	657
Direito Internacional e Comunitário.....	657
Direito Brasileiro .....	662
Competência Internacional para Litígios Envolvendo Contratos na Ausência de Escolha pelas Partes .....	665

Direito Internacional e Comunitário.....	665
Direito Comparado .....	668
Direito Brasileiro .....	669
A Determinação da Lei Aplicável aos Contratos Internacionais na Ausência de Escolha pelas Partes .....	671
<i>Lex Loci Contractus</i> .....	671
Direito Aplicável à Forma do Contrato.....	673
Direito Aplicável à Substância do Contrato .....	676
Os Contratos Internacionais na Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercado- rias.....	681
Hipóteses de Incidência .....	682
Interpretação.....	685
<b>XXVI. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL.....</b>	<b>687</b>
Jurisdição.....	688
Ilícitos Praticados na Internet.....	691
Direito Aplicável.....	693
<i>Lex Loci Delicti Commissi</i> .....	693
A Revolução Americana.....	696
Os Princípios de Preferência de Cavers e suas Relações com os Princípios da Proteção e da Proximidade.....	697
A Repercussão da <i>Choice of Law Revolution</i> em Matéria de Ilícitos .....	698
A Doutrina da Dupla Acionabilidade .....	699
Danos Punitivos e Ordem Pública .....	700
Os Princípios da Autonomia e da Proximidade em Matéria de Ilícitos .....	701
Direito Brasileiro .....	702
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>705</b>